



# **RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023**



**Março/2024**

O presente relatório está dividido nas seguintes seções:

	<b>Pág.</b>
<b>I.</b> Introdução -----	03
<b>II.</b> Relatório dos Auditores Independentes -----	04
<b>III.</b> Extensão dos Trabalhos -----	08
<b>IV.</b> Demonstrações Contábeis -----	09
<b>V.</b> Relatório Circunstanciado da Auditoria -----	12

Campinas/SP, 29 de março de 2024

À

Diretoria da

**COMPANHIA DE MELHORAMENTOS E DESENVOLVIMENTO HUMANO DE  
GUARAPARI - CODEG**

Realizamos trabalhos na **COMPANHIA DE MELHORAMENTOS E DESENVOLVIMENTO HUMANO DE GUARAPARI - CODEG**, de auditoria das Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro em 2023.

Nossos exames foram efetuados de acordo com as normas de Auditoria e, conseqüentemente, incluíram as provas dos registros contábeis e evidências que suportam os valores e as informações divulgados nas demonstrações contábeis, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

A seguir apresentamos nosso relatório em forma longa sobre as referidas Demonstrações Contábeis e que compreendem:

Relatório dos Auditores Independentes;  
Balanço Patrimonial;  
Demonstração do Resultado do Exercício;  
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;  
Demonstração do Fluxo de Caixa;  
Demonstração do Valor Adicionado;  
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis; e  
Relatório Circunstanciado da Auditoria.

Estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.



**STAFF AUDITORIA & ASSESSORIA**

Roberto Araújo de Souza  
Sócio Responsável

## **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos

Diretores, Conselheiros e Acionistas da

**COMPANHIA DE MELHORAMENTOS E DESENVOLVIMENTO HUMANO DE  
GUARAPARI - CODEG**

### **Opinião Adversa**

Examinamos as demonstrações contábeis da **COMPANHIA DE MELHORAMENTOS E DESENVOLVIMENTO HUMANO DE GUARAPARI - CODEG**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 para o exercício findo nessa data.

Em nossa opinião, devido à importância do assunto discutido no parágrafo a seguir intitulado "Base para opinião adversa", as demonstrações contábeis acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COMPANHIA DE MELHORAMENTOS E DESENVOLVIMENTO HUMANO DE GUARAPARI - CODEG**, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião adversa**

#### **Falta de demonstrações contábeis requeridas pela legislação societária**

As demonstrações contábeis não foram elaboradas, de acordo com a estrutura de relatório contábil mínima. A companhia deixou de apresentar: i) a demonstração do resultado do exercício; ii) a demonstração das mutações do patrimônio líquido; iii); a demonstração dos fluxos de caixa; e iv) as notas explicativas da administração, que são requeridas, pela legislação societária, como parte das informações contábeis mínimas.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião adversa.

## **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório de Atividades.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório de Atividades e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Atividades e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório de Atividades, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de

segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 29 de março de 2024



CRC2SP023856/O-1 "S" ES

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Roberto Araújo de Souza", is shown on a white background.

**ROBERTO ARAÚJO DE SOUZA**  
CTCRC1SP242826/O-3 "S" ES  
Sócio Responsável

## **EXTENSÃO DOS TRABALHOS REALIZADOS**

Conforme edital de PP nº 008/2022, processo CODEG nº 301032/2021, identificador contratação TCEES 2022.028E0300001.01.0006 e Contrato 017/2022 e seus aditivos, foram realizados serviços de auditoria das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Nossos trabalhos têm que o objetivo de uma auditoria, é aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários. Isso é alcançado mediante a expressão de uma opinião pelo auditor sobre se as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com uma estrutura de relatório financeiro aplicável.

No caso da maioria das estruturas conceituais de auditoria, para fins gerais, essa opinião expressa se as demonstrações contábeis estão apresentadas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com a estrutura de relatório financeiro.

Uma auditoria conduzida em conformidade com NBC-TAs (Normas Brasileira de Contabilidade – Técnicas de Auditoria Independentes) e exigências éticas relevantes, capacita o auditor a formar essa opinião.

Em nossos trabalhos evidenciamos efeitos significativos que ocasionaram reflexos substanciais no encerramento das contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, que estão comentados em nosso relatório circunstanciado, que é parte integrante deste relatório.

Nesta oportunidade os trabalhos realizados incluíram todos os procedimentos normalmente aplicados em exames conduzidos de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Tais procedimentos foram aplicados nesta etapa dos trabalhos, a fim de que as demonstrações contábeis anuais apresentassem adequadamente a posição patrimonial e financeira da **COMPANHIA DE MELHORAMENTOS E DESENVOLVIMENTO HUMANO DE GUARAPARI – CODEG**, mas que não foram possíveis.

ENTE: Guarapari

UNIDADE GESTORA: Companhia de Melhoramentos e Desenvolvimento Urbano de Guarapari

TIPO DE CONTA: Contas de Gestão

EXERCÍCIO: 2023

Em R\$

ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>13.565.164,48</b>	<b>12.834.481,13</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>9.173.990,89</b>	<b>9.219.062,83</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	108.126,82	1.996.661,59	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistências a Pagar a Curto Prazo	8.668,01	8.668,01
Créditos a Curto Prazo	0,00	0,00	Pessoal a Pagar	0,00	0,00
Créditos Tributários a Receber	0,00	0,00	Benefícios Previdenciários a Pagar	0,00	0,00
Clientes	0,00	0,00	Benefícios Assistenciais a Pagar	0,00	0,00
Créditos de Transferências a Receber	0,00	0,00	Encargos Sociais a Pagar	8.668,01	8.668,01
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00	Outros Benefícios Assistenciais e Trabalhistas a Pagar	0,00	0,00
Dívida Ativa Tributária	0,00	0,00	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	3.699,70	2.329.267,95
Dívida Ativa Não Tributária	0,00	0,00	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	5.090.745,33	3.310.211,73
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo	0,00	0,00	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	1.180.553,00	1.175.948,30
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	12.672.225,20	10.479.317,74	Transferências Fiscais a Curto Prazo	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	0,00	0,00	Provisões a Curto Prazo	0,00	0,00
Estoques	584.810,46	358.501,80	Provisões para Riscos Trabalhistas a Curto Prazo	0,00	0,00
Ativo não Circulante Mantido para Venda	0,00	0,00	Provisões para Riscos Fiscais a Curto Prazo	0,00	0,00
Ativo Biológico	0,00	0,00	Provisões para Riscos Cíveis a Curto Prazo	0,00	0,00
VPD Pagas Antecipadamente	0,00	0,00	Provisões para Riscos Decorrentes de Contratos de PPP a Curto Prazo	0,00	0,00
			Provisão p/ Obrigações Decorr. da Atuação Govern. a Curto Prazo	0,00	0,00
			Outras Provisões a Curto Prazo	0,00	0,00
			Adiantamento de Clientes e Demais Obrigações a Curto Prazo	2.890.324,85	2.391.966,94
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>1.767.347,10</b>	<b>794.382,54</b>	<b>PASSIVO NÃO-CIRCULANTE</b>	<b>4.827.361,56</b>	<b>13.471.164,39</b>
<b>Ativo Realizável a Longo Prazo</b>	<b>371.818,09</b>	<b>371.818,09</b>	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistências a Pagar a Longo Prazo	731.189,25	1.388.690,36
Créditos a Longo Prazo	28.832,37	28.832,37	Pessoal a Pagar	574.526,29	1.232.027,40
Créditos Tributários a Receber	0,00	0,00	Benefícios Previdenciários a Pagar	0,00	0,00

19/02/2024 17:11

1 de 7

ENTE: Guarapari

UNIDADE GESTORA: Companhia de Melhoramentos e Desenvolvimento Urbano de Guarapari

TIPO DE CONTA: Contas de Gestão

EXERCÍCIO: 2023

Cientas	0,00	0,00	Benefícios Assistenciais a Pagar	0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	28.832,37	28.832,37	Encargos Sociais a Pagar	156.662,96	156.662,96
Dívida Ativa Tributária	0,00	0,00	Outros Benefícios Assistenciais e Trabalhistas a Pagar	0,00	0,00
Dívida Ativa não Tributária	0,00	0,00	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	16.496,31	8.012.824,14
Créditos Previdenciários do RPPS	0,00	0,00	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	0,00	0,00
Créditos de Transferências a Receber a Longo Prazo	0,00	0,00	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	4.077.676,00	4.069.649,86
Créditos para Amortização de Déficit Atuarial - Fundo em Capitalização	0,00	0,00	Transferências Fiscais a Longo Prazo	0,00	0,00
Outros Créditos a Longo Prazo	0,00	0,00	Provisões a Longo Prazo	0,00	0,00
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	0,00	0,00	Provisões para Riscos Trabalhistas a Longo Prazo	0,00	0,00
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	342.985,72	342.985,72	Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	0,00	0,00	Provisões para Riscos Fiscais a Longo Prazo	0,00	0,00
Estoques	0,00	0,00	Provisões para Riscos Cíveis a Longo Prazo	0,00	0,00
Ativo Biológico	0,00	0,00	Provisões para Riscos Decorrentes de Contratos de PPP a Longo Prazo	0,00	0,00
VPD Pagos Antecipadamente	0,00	0,00	Provisão p/ Obrigações Decor. da Atuação Govern. a Longo Prazo	0,00	0,00
<b>Investimentos</b>	<b>14.427,65</b>	<b>14.427,65</b>	Outras Provisões a Longo Prazo	0,00	0,00
Participações Permanentes	14.427,65	14.427,65	Demais Obrigações a Longo Prazo	0,00	0,00
Participações Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial	14.427,65	14.427,65	Resultado Diferido	0,00	0,00
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	0,00	0,00			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Participações Permanentes	0,00	0,00			
Propriedades para Investimento	0,00	0,00			
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades para Investimento	0,00	0,00			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Propriedades para Investimento	0,00	0,00	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>14.001.362,26</b>	<b>22.690.227,22</b>
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	0,00	0,00	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	0,00	0,00	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
Demais Investimentos Permanentes	0,00	0,00	Patrimônio Social/Capital Social	174.990,00	174.990,00
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Investimentos Permanentes	0,00	0,00	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0,00	0,00
(-) Depreciação Acumulada de Outros Investimentos	0,00	0,00	Reservas de Capital	37.489,01	37.489,01
<b>Imobilizado</b>	<b>1.381.101,36</b>	<b>398.136,80</b>	Ajustes da Avaliação Patrimonial	0,00	0,00
Bens Móveis	1.887.906,76	586.421,76	Reservas de Lucros	0,00	0,00
(-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas de Bens Móveis	316.805,40	188.284,96	Demais Reservas	0,00	0,00

19/02/2024 17:11

2 de 7

## BALANÇO PATRIMONIAL

ENTE: Guarapari

UNIDADE GESTORA: Companhia de Melhoramentos e Desenvolvimento Urbano de Guarapari

TIPO DE CONTA: Contas de Gestão

EXERCÍCIO: 2023

(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	0,00	0,00	Resultados Acumulados	1.116.670,33	-0.283.852,55
Bens Imóveis	0,00	0,00	Resultado do Exercício	-564.614,15	7.971.600,16
(-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas de Bens Imóveis	0,00	0,00	Resultado de Exercícios Anteriores	-9.283.852,55	-11.728.290,99
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	0,00	0,00	Ajustes de Exercícios Anteriores	10.957.137,03	-5.527.361,74
(-) Subvenção Governamental para Investimentos	0,00	0,00	Outros resultados	0,00	0,00
<b>Intangível</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	(-) Ações/Cotas em Tesouraria	0,00	0,00
Softwares	0,00	0,00			
(-) Amortização Acumulada de softwares	0,00	0,00			
(-) Redução ao Valor Recuperável de softwares	0,00	0,00			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	0,00	0,00			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Industriais	0,00	0,00			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Patentes Industriais	0,00	0,00			
Direitos de Uso de Imóveis	0,00	0,00			
(-) Amortização Acumulada de Direitos de uso de Imóveis	0,00	0,00			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Direitos de Uso de Imóveis	0,00	0,00			
Patrimônio Cultural Intangível	0,00	0,00			
(-) Amortização Acumulada - Patrimônio Cultural Intangível	0,00	0,00			
(-) Redução ao Valor Recuperável - Patrimônio Cultural Intangível	0,00	0,00			
(-) Outras Amortizações Acumuladas	0,00	0,00			
(-) Outras Reduções ao Valor Recuperável de Intangível	0,00	0,00			
<b>Diferido</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>1.331.159,33</b>	<b>-9.671.363,55</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>15.332.911,88</b>	<b>13.618.863,67</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>15.332.911,88</b>	<b>13.618.863,67</b>

### ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES - LEI Nº 4.320/64

Em R\$

ATIVOS	Exercício Atual	Exercício Anterior	PASSIVOS	Exercício Atual	Exercício Anterior
Especificação			Especificação		
ATIVO FINANCEIRO	108.128,82	1.906.661,59	PASSIVO FINANCEIRO	7.822.948,55	5.761.086,48
ATIVO PERMANENTE	15.224.382,76	11.622.202,68	PASSIVO PERMANENTE	6.551.790,47	16.987.626,04
TOTAL DO ATIVO (I)	15.332.911,58	13.618.863,67	TOTAL DO PASSIVO (II)	14.374.639,02	22.748.612,52
SALDO PATRIMONIAL (I - II)				957.872,56	-9.130.748,88

19/02/2024 17:11

3 de 7

## **RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DA AUDITORIA**

Concluídos nossos exames das demonstrações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentamos este relatório, com os principais pontos observados, com as devidas recomendações e sugestões para fortalecimento dos controles internos.

### **1. CONTROLES CONTÁBEIS INTERNOS**

Revisamos o sistema de controles internos nos seus aspectos contábeis, na extensão e forma necessárias para avaliá-lo, de acordo com a extensão que os trabalhos de auditoria requerem, de acordo com as normas de auditoria geralmente aceitas, cujos aspectos abordados estão devidamente considerados neste relatório circunstanciado. Observamos ainda os procedimentos no tocante ao cumprimento da Legislação Societária, e Normas Brasileiras de Contabilidades, emanadas do Conselho Federal de Contabilidade.

Ressaltamos que os trabalhos executados por meio de provas seletivas, testes e amostragens não têm a propriedade de revelar todas as eventuais deficiências do sistema de controles internos, portanto, o presente relatório não constitui garantia da inexistência de erros ou imperfeições.

Embora a companhia possua todas as normas internas, as mesmas não estão agrupadas, em um manual de controles internos, integrado a um sistema informatizado. A companhia não utiliza um sistema ERP para o registro de suas operações.

O controle interno compreende o plano de organização e todos os seus métodos, medidas e coordenadas adotadas numa empresa para proteger seu patrimônio. Isso tudo envolve imagem e pessoas; exatidão e a fidedignidade de seus dados contábeis; incremento na eficiência operacional; e promoção à obediência às diretrizes administrativas estabelecidas e às normas legais impostas por autoridades competentes.

As atividades de controle devem ser parte integrante das atividades diárias de uma companhia, e um sistema efetivo de controle interno requer que uma estrutura apropriada seja estabelecida, com as atividades de controles definidas para cada nível do negócio. Devem incluir revisões de alto nível, atividades de controle apropriadas para diferentes departamentos, controles físicos, verificação de conformidade com os limites de exposição, sistema de aprovações e autorizações e de verificação e reconciliação.

Recomendamos que a companhia mande elaborar o manual de controles internos, devidamente integrado a um sistema ERP para o registro de suas operações.

## 2. BANCOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Confrontamos os saldos contábeis com os controles paralelos, estando consistentes.

## 3. FOLHA DE PAGAMENTO

Analizamos as folhas de pagamento, os respectivos documentos, bem como confrontamos os valores dos encargos gerados pelos rendimentos com as guias de recolhimento (INSS, IRRF, FGTS), referente ao exercício de 2023, não constatando irregularidades nestes aspectos.

### 3.1 HORAS EXTRAORDINÁRIAS

Chamamos atenção sobre os valores dispendidos com horas extras e seus reflexos em outras verbas, pela companhia no ano de 2023.

CONSOLIDAÇÃO DAS VANTAGENS E DESCONTOS					
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	TOTAL DE VANTAGENS	NÚMERO DE PESSOAS IMPACTADAS
161020	Férias	17	MED H.EXT.S/DSR	715,41	11
161020	Férias	74	MEDIA HORAS EXTRA 50% FER	664,88	4
161020	Férias	75	MED HORA EXTRA 100% FER	324,51	7
161020	Férias	219	MED HORA EXTRA 75% FERIAS	225,72	3
161020	Férias	220	Med Hora Extra 115 % Ferias	179,49	3
161020	Férias	506	MED H.EXT.S/DSR FER NO MES	861,84	27
161020	Férias	515	MED HORA EXTRA 100% FER NO MES	1.048,06	22
161020	Férias	516	MEDIA HE 50% FER NO MES	1.081,27	13
161299	Outros adicionais	4	HORAS EXTRA 50%	63.288,37	109
161299	Outros adicionais	5	HORA EXTRA 100%	85.153,07	211
161299	Outros adicionais	8	H.EXT.S/DSR	42.494,48	240
161299	Outros adicionais	103	MED H.EXT.S/DSR	29.443,20	319
161299	Outros adicionais	142	HORA EXTRA 75%	7.732,05	10
161299	Outros adicionais	145	Hora Extra 115 %	9.954,73	8
165001	13º salário	156	MED 13 HORA EXTRA 75%	7.437,01	11
165001	13º salário	160	MED 13 Hora Extra 115 %	6.355,03	12
165001	13º salário	175	MED 13 HORAS EXTRAS MES ANT	97,54	5
161299	Outros adicionais	92	MEDIA 13 HORA EXTRA 50%	60.186,68	271
161299	Outros adicionais	93	MEDIA 13 HORA EXTRA 100%	68.254,96	293
161299	Outros adicionais	332	Hora Extra 50% Mês anterior	306,71	1
165001	13º salário	553	Média de HOR 50%	31,41	1
166007	Férias vencidas na rescisão	600	Media de Horas Extra 100%	35,83	1
166007	Férias vencidas na rescisão	610	MEDIA H.EXT.S/DSR	15,29	2
			<b>TOTAL</b>	<b>385.887,54</b>	

Valores retirados do extrato consolidado da Folha de pagamento do ano de 2023.

A realidade é que, ressalvadas exceções, na maioria das vezes, **as horas extras** em excesso sinalizam ausência de gestão, sobrecarga de atividades, má distribuição de tarefas, e as vezes, falta de engajamento da equipe, e

até mesmo, dependência financeira do valor pago habitualmente a título de horas extras.

Recomendamos que a administração tome medidas para diminuir as horas extraordinárias praticadas.

#### **4. CÓDIGO DE CONDUTA**

Observamos que a companhia não possui um Código de Conduta e Integridade, conforme determina o art. 18 da Lei 13.303/16, conforme abaixo:

“Seção IV  
Do Conselho de Administração

Art. 18. Sem prejuízo das competências previstas no [art. 142 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), e das demais atribuições previstas nesta Lei, compete ao Conselho de Administração:

I - discutir, aprovar e monitorar decisões envolvendo práticas de governança corporativa, relacionamento com partes interessadas, política de gestão de pessoas e **código de conduta dos agentes;** “ *(grifo nosso)*

O Código de Conduta tem por objetivo estabelecer os princípios éticos e normas de conduta que devem orientar as relações internas e externas de todos os Integrantes da companhia, independentemente das suas atribuições e responsabilidades.

Recomendamos que a administração elabore um Código de Conduta e Integridade da companhia.

#### **5. PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS**

A companhia não possui o Plano de Cargos, Carreiras e Salários – PCCS, que é um instrumento de organização da Política de Recursos Humanos e objetiva a concretização de uma proposta transparente e participativa que oportuniza uma trajetória de crescimento contínuo, visando a valorização profissional correspondente.

Com foco nestes objetivos, o Plano de Cargos e Salários estabelece os cargos, as funções, os respectivos salários, a política de ascensão profissional e a progressão salarial.

Recomendamos que a administração determine a elaboração de um PCCS.

## **6. FALTA DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REQUERIDAS PELA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA – Lei 6.404/76**

A companhia deixou de apresentar: i) a demonstração do resultado do exercício; ii) a demonstração das mutações do patrimônio líquido; iii); a demonstração dos fluxos de caixa; e iv) as notas explicativas da administração, que são requeridas, pela legislação societária, como parte das informações contábeis mínimas.

A legislação societária (Lei 6.404/76) em seu art. 176, assim determina quais as demonstrações contábeis devem ser elaboradas:

### **“SEÇÃO II Demonstrações Financeiras Disposições Gerais**

Art. 176. Ao fim de cada exercício social, a diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício:

- I - balanço patrimonial;
- II - demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados;
- III - demonstração do resultado do exercício; e
- IV – demonstração dos fluxos de caixa; e [\(Redação dada pela Lei nº 11.638, de 2007\)](#)
- V – se companhia aberta, demonstração do valor adicionado. [\(Incluído pela Lei nº 11.638, de 2007\)](#)

§ 1º As demonstrações de cada exercício serão publicadas com a indicação dos valores correspondentes das demonstrações do exercício anterior.

§ 2º Nas demonstrações, as contas semelhantes poderão ser agrupadas; os pequenos saldos poderão ser agregados, desde que indicada a sua natureza e não ultrapassem 0,1 (um décimo) do valor do respectivo grupo de contas; mas é vedada a utilização de designações genéricas, como "diversas contas" ou "contas-correntes".

§ 3º As demonstrações financeiras registrarão a destinação dos lucros segundo a proposta dos órgãos da administração, no pressuposto de sua aprovação pela assembleia-geral.

§ 4º As demonstrações serão complementadas por notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessários para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício.

§ 5º As notas explicativas devem: [\(Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009\)](#)

I – apresentar informações sobre a base de preparação das demonstrações financeiras e das práticas contábeis específicas selecionadas e aplicadas para negócios e eventos significativos; [\(Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009\)](#)

II – divulgar as informações exigidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil que não estejam apresentadas em nenhuma outra parte das demonstrações financeiras; [\(Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009\)](#)

III – fornecer informações adicionais não indicadas nas próprias demonstrações financeiras e consideradas necessárias para uma apresentação adequada; e [\(Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009\)](#)

IV – indicar: [\(Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009\)](#)

a) os principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais, especialmente estoques, dos cálculos de depreciação, amortização e exaustão, de constituição de provisões para encargos ou riscos, e dos ajustes para atender a perdas prováveis na realização de elementos do ativo; [\(Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009\)](#)

b) os investimentos em outras sociedades, quando relevantes (art. 247, parágrafo único); [\(Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009\)](#)

c) o aumento de valor de elementos do ativo resultante de novas avaliações (art. 182, § 3º); [\(Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009\)](#)

d) os ônus reais constituídos sobre elementos do ativo, as garantias prestadas a terceiros e outras responsabilidades eventuais ou contingentes; [\(Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009\)](#)

e) a taxa de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações a longo prazo; [\(Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009\)](#)

f) o número, espécies e classes das ações do capital social; [\(Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009\)](#)

g) as opções de compra de ações outorgadas e exercidas no exercício; [\(Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009\)](#)

h) os ajustes de exercícios anteriores (art. 186, § 1º); e [\(Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009\)](#)

i) os eventos subsequentes à data de encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da companhia. [\(Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009\)](#)

§ 6º A companhia fechada com patrimônio líquido, na data do balanço, inferior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) não será obrigada à elaboração e publicação da demonstração dos fluxos de caixa. [\(Redação dada pela Lei nº 11.638, de 2007\)](#)

§ 7º A Comissão de Valores Mobiliários poderá, a seu critério, disciplinar de forma diversa o registro de que trata o § 3º deste artigo. [\(Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009\)](#)”

As demonstrações da companhia devem seguir a legislação societária (Lei 6.404/76) e não a Lei da contabilidade pública (Lei 4.320/64).

Recomendamos que a companhia elabore sua contabilidade pela legislação societária, por ser obrigatória.

## 7. DIFERENÇAS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 2022 (ANO ANTERIOR)

A compararmos as demonstrações contábeis de 2022 apresentadas no ano anterior, com as apresentadas nesse ano, e apuramos divergências, conforme pode ser observado no resumo ao final:

### Balanço patrimonial de 2022 apresentado nas demonstrações de 2022:

CODEG-CIA MELHORAMENTOS E DESENVOLVIMENTO URBANO DE GUARAPARI  
Insc.Est.: ISENTO CNPJ: 30.738.033/0001-02

Página: 12  
Emitido em: 17/05/2023

#### BALANÇO PATRIMONIAL Período de 01/01/2022 até 31/12/2022

		31/12/2021	31/12/2022
<b>1</b>	<b>ATIVO</b>		
1.1	ATIVO CIRCULANTE	4.385.494,77	12.834.481,11
1.1.1	DISPONIBILIDADE	359.096,00	1.996.661,57
1.1.1.002	BANCOS COM MOVIMENTO	357.459,06	1.779.069,58
1.1.1.003	APLICACOES FINANCEIRA	1.636,94	217.591,99
1.1.2	BENS E DIREITOS	4.026.398,77	10.837.819,54
1.1.2.001	CLIENTES	1.264.157,64	0,00
1.1.2.002	ADIANTAMENTO	12.385,32	12.545,32
1.1.2.003	RETENÇÕES	94.284,31	93.533,62
1.1.2.005	ESTOQUE	25.240,00	358.501,80
1.1.2.009	OUTROS CRED A REC. E VALORES A C. PRAZO	2.630.331,50	10.373.238,80
1.2	ATIVO NÃO CIRCULANTE	945.381,50	784.382,54
1.2.1	REALIZAVEL A LONGO PRAZO	371.818,09	371.818,09
1.2.1.001	DIVERSOS	371.818,09	371.818,09
1.2.2	INVESTIMENTOS	14.427,65	14.427,65
1.2.2.001	DIVERSOS	14.427,65	14.427,65
1.2.3	IMOBILIZADO	559.135,76	398.136,80
1.2.3.001	BENS MOVEIS	396.286,76	586.421,76
1.2.3.002	DEPRECIACAO	80.858,28	188.284,96
1.2.3.003	BENS IMOVEIS	243.727,28	0,00
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>5.330.876,27</b>	<b>13.618.863,65</b>

GUARAPARI - ES, 17 de maio de 2023

Contador  
VIOLETA DO PRADO FREITAS  
CRC: ES-11776/O-5/ES  
RG:  
CPF: 080.577.997-30

GUARAPARI - ES, 17 de maio de 2023

Apollo Sistemas de Informática LTDA Tel.: (27) 3233-4143

## BALANÇO PATRIMONIAL

Período de 01/01/2022 até 31/12/2022

2	PASSIVO	31/12/2021	31/12/2022
2.1	PASSIVO CIRCULANTE	5.151.509,59	9.219.062,83
2.1.1	PASSIVO A CURTO PRAZO	5.151.509,59	9.219.062,83
2.1.1.001	FORNECEDORES DIVERSOS	3.122.614,51	3.310.211,73
2.1.1.002	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	64.483,40	29.307,08
2.1.1.003	OBRIGAÇÕES SOCIAIS	622.178,93	1.835.361,60
2.1.1.004	OBRIGAÇÕES FISCAIS	736.196,23	762.861,59
2.1.1.005	CREDORES DIVERSOS	606.036,52	952.052,88
2.2	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	11.518.625,89	13.471.164,39
2.2.1	EXIGIVEL A LONGO PRAZO	11.518.625,89	13.471.164,39
2.2.1.001	DIVERSOS	11.518.625,89	13.471.164,39
2.3	PATRIMONIO LIQUIDO	11.339.259,21	9.071.363,57
2.3.1	CAPITAL SOCIAL	174.999,99	174.999,99
2.3.1.001	CAPITAL SUBSCRITO	174.999,99	174.999,99
2.3.2	RESERVAS	37.489,01	37.489,01
2.3.2.001	RESERVAS DE CAPITAL	37.489,01	37.489,01
2.3.3	RESULTADOS	11.551.748,21	9.283.852,57
2.3.3.001	RESULTADOS ACUMULADOS	11.551.748,21	9.283.852,57
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>5.330.876,27</b>	<b>13.618.863,65</b>

GUARAPARI - ES, 17 de maio de 2023

Contador  
VIOLETA DO PRADO FREITAS  
CRC: ES-11776/O-5/ES  
RG:  
CPF: 080.577.997-30

## Balanço patrimonial de 2022 apresentado nas Demonstrações de 2023:



ENTE: Guarapari

UNIDADE GESTORA: Companhia de Melhoramentos e Desenvolvimento Urbano de Guarapari

TIPO DE CONTA: Contas de Gestão

### BALANÇO PATRIMONIAL



EXERCÍCIO: 2023

ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>13.565.164,48</b>	<b>12.834.481,13</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>9.173.990,89</b>	<b>9.219.062,83</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	108.128,82	1.906.661,59	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	8.668,01	8.668,01
Créditos a Curto Prazo	0,00	0,00	Pessoal a Pagar	0,00	0,00
Créditos Tributários a Receber	0,00	0,00	Benefícios Previdenciários a Pagar	0,00	0,00
Clientes	0,00	0,00	Benefícios Assistenciais a Pagar	0,00	0,00
Créditos de Transferências a Receber	0,00	0,00	Encargos Sociais a Pagar	8.668,01	8.668,01
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00	Outros Benefícios Assistenciais e Trabalhistas a Pagar	0,00	0,00
Dívida Ativa Tributária	0,00	0,00	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	3.699,70	2.329.267,96
Dívida Ativa Não Tributária	0,00	0,00	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	5.090.745,33	3.310.211,73
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo	0,00	0,00	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	1.180.553,00	1.178.948,30
Demaís Créditos e Valores a Curto Prazo	12.672.225,20	10.479.317,74	Transferências Fiscais a Curto Prazo	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	0,00	0,00	Provisões a Curto Prazo	0,00	0,00
Estoques	584.810,46	358.501,80	Provisões para Riscos Trabalhistas a Curto Prazo	0,00	0,00
Ativo não Circulante Mantido para Venda	0,00	0,00	Provisões para Riscos Fiscais a Curto Prazo	0,00	0,00
Ativo Biológico	0,00	0,00	Provisões para Riscos Cíveis a Curto Prazo	0,00	0,00
VPD Pagas Antecipadamente	0,00	0,00	Provisões para Riscos Decorrentes de Contratos de PPP a Curto Prazo	0,00	0,00
			Provisão p/ Obrigações Decor. da Atuação Govern. a Curto Prazo	0,00	0,00
			Outras Provisões a Curto Prazo	0,00	0,00
			Adiantamento do Clientes e Demais Obrigações a Curto Prazo	2.800.324,65	2.391.066,84
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>1.767.347,10</b>	<b>784.382,54</b>	<b>PASSIVO NÃO-CIRCULANTE</b>	<b>4.827.361,56</b>	<b>13.471.164,39</b>
<b>Ativo Realizável a Longo Prazo</b>	<b>371.818,09</b>	<b>371.818,09</b>	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	731.189,25	1.388.690,36
Créditos a Longo Prazo	28.832,37	28.832,37	Pessoal a Pagar	574.526,29	1.232.027,40
Créditos Tributários a Receber	0,00	0,00	Benefícios Previdenciários a Pagar	0,00	0,00

19/02/2024 17:11

1 de 7

ENTE: Guarapari

UNIDADE GESTORA: Companhia de Melhoramentos e Desenvolvimento Urbano de Guarapari

TIPO DE CONTA: Contas de Gestão

EXERCÍCIO: 2023

Cientas	0,00	0,00	Benefícios Assistenciais a Pagar	0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	28.832,37	28.832,37	Encargos Sociais a Pagar	156.662,96	156.662,96
Dívida Ativa Tributária	0,00	0,00	Outros Benefícios Assistenciais e Trabalhistas a Pagar	0,00	0,00
Dívida Ativa não Tributária	0,00	0,00	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	16.496,31	8.012.824,14
Créditos Previdenciários do RPPS	0,00	0,00	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	0,00	0,00
Créditos de Transferências a Receber a Longo Prazo	0,00	0,00	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	4.077.676,00	4.069.649,86
Créditos para Amortização de Déficit Atuarial - Fundo em Capitalização	0,00	0,00	Transferências Fiscais a Longo Prazo	0,00	0,00
Outros Créditos a Longo Prazo	0,00	0,00	Provisões a Longo Prazo	0,00	0,00
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	0,00	0,00	Provisões para Riscos Trabalhistas a Longo Prazo	0,00	0,00
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	342.985,72	342.985,72	Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	0,00	0,00	Provisões para Riscos Fiscais a Longo Prazo	0,00	0,00
Estoques	0,00	0,00	Provisões para Riscos Cíveis a Longo Prazo	0,00	0,00
Ativo Biológico	0,00	0,00	Provisões para Riscos Decorrentes de Contratos de PPP a Longo Prazo	0,00	0,00
VPD Pagos Antecipadamente	0,00	0,00	Provisão p/ Obrigações Decor. da Atuação Govern. a Longo Prazo	0,00	0,00
<b>Investimentos</b>	<b>14.427,65</b>	<b>14.427,65</b>	Outras Provisões a Longo Prazo	0,00	0,00
Participações Permanentes	14.427,65	14.427,65	Demais Obrigações a Longo Prazo	0,00	0,00
Participações Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial	14.427,65	14.427,65	Resultado Diferido	0,00	0,00
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	0,00	0,00			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Participações Permanentes	0,00	0,00			
Propriedades para Investimento	0,00	0,00			
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades para Investimento	0,00	0,00			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Propriedades para Investimento	0,00	0,00	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>14.001.362,26</b>	<b>22.690.227,22</b>
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	0,00	0,00	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	0,00	0,00	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
Demais Investimentos Permanentes	0,00	0,00	Patrimônio Social/Capital Social	174.990,00	174.990,00
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Investimentos Permanentes	0,00	0,00	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0,00	0,00
(-) Depreciação Acumulada de Outros Investimentos	0,00	0,00	Reservas de Capital	37.489,01	37.489,01
<b>Imobilizado</b>	<b>1.381.101,36</b>	<b>398.136,80</b>	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00
Bens Móveis	1.887.906,76	586.421,76	Reservas de Lucros	0,00	0,00
(-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas de Bens Móveis	316.805,40	188.284,96	Demais Reservas	0,00	0,00

19/02/2024 17:11

2 de 7

ENTE: Guarapari

UNIDADE GESTORA: Companhia de Melhoramentos e Desenvolvimento Urbano de Guarapari

TIPO DE CONTA: Contas de Gestão

EXERCÍCIO: 2023

(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	0,00	0,00	Resultados Acumulados	1.116.670,33	-9.283.852,55
Bens Imóveis	0,00	0,00	Resultado do Exercício	-564.614,15	7.971.600,16
(-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas de Bens Imóveis	0,00	0,00	Resultado de Exercícios Anteriores	-9.283.852,55	-11.728.290,99
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	0,00	0,00	Ajustes de Exercícios Anteriores	10.957.137,03	-5.527.361,74
(-) Subvenção Governamental para Investimentos	0,00	0,00	Outros resultados	0,00	0,00
<b>Intangível</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	(-) Ações/Cotas em Tesouraria	0,00	0,00
Softwares	0,00	0,00			
(-) Amortização Acumulada de softwares	0,00	0,00			
(-) Redução ao Valor Recuperável de softwares	0,00	0,00			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	0,00	0,00			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Industriais	0,00	0,00			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Patentes Industriais	0,00	0,00			
Direitos de Uso de Imóveis	0,00	0,00			
(-) Amortização Acumulada de Direitos de uso de Imóveis	0,00	0,00			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Direitos de Uso de Imóveis	0,00	0,00			
Patrimônio Cultural Intangível	0,00	0,00			
(-) Amortização Acumulada - Patrimônio Cultural Intangível	0,00	0,00			
(-) Redução ao Valor Recuperável - Patrimônio Cultural Intangível	0,00	0,00			
(-) Outras Amortizações Acumuladas	0,00	0,00			
(-) Outras Reduções ao Valor Recuperável de Intangível	0,00	0,00			
Diferido	0,00	0,00	<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>1.331.159,33</b>	<b>-9.671.363,55</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>15.332.911,88</b>	<b>13.618.863,67</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>15.332.911,88</b>	<b>13.618.863,67</b>

**ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES - LEI Nº 4.320/64**

Em R\$

ATIVOS	Exercício Atual	Exercício Anterior	PASSIVOS	Exercício Atual	Exercício Anterior
Especificação			Especificação		
ATIVO FINANCEIRO	108.128,82	1.906.661,59	PASSIVO FINANCEIRO	7.822.948,55	5.761.086,48
ATIVO PERMANENTE	15.224.382,76	11.622.202,68	PASSIVO PERMANENTE	6.551.790,47	16.987.626,04
<b>TOTAL DO ATIVO (I)</b>	<b>15.332.911,58</b>	<b>13.618.863,67</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO (II)</b>	<b>14.374.639,02</b>	<b>22.748.612,52</b>
<b>SALDO PATRIMONIAL (I - II)</b>				<b>957.872,56</b>	<b>-9.130.748,88</b>

19/02/2024 17:11

3 de 7

## Quadro resumo das diferenças:

BALANÇO PATRIMONIAL DE 2022		EM 2022	EM 2023	DIFERENÇAS DE 2022
		31/12/2022	31/12/2022	
<b>1</b>	<b>ATIVO</b>	<b>12.834.481,11</b>	<b>12.834.481,23</b>	<b>-0,12</b>
<b>1.1</b>	<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>1.996.661,57</b>	<b>1.996.661,57</b>	<b>-1.996.661,69</b>
<b>1.1.1</b>	<b>DISPONIBILIDADE</b>			
	<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>1.996.661,69</b>	
1.1.1.002	BANCOS COM MOVIMENTO	1.779.069,58		1.779.069,58
1.1.1.003	APLICAÇÕES FINANCEIRAS	217.591,99		217.591,99
<b>1.1.2</b>	<b>BENS E DIREITOS</b>	<b>10.837.819,54</b>		<b>10.837.819,54</b>
1.1.2.001	CLIENTES	0,00		0,00
1.1.2.002	ADIANTAMENTO	12.545,32		12.545,32
1.1.2.003	RETENÇÕES	93.533,62		93.533,62
1.1.2.005	ESTOQUE	358.501,80	358.501,80	0,00
1.1.2.009	OUTROS CRED A REC. E VALORES A C. PRAZO	10.373.238,80	10.479.317,74	-106.078,94
<b>1.2</b>	<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>784.382,54</b>	<b>784.382,54</b>	<b>0,00</b>
<b>1.2.1</b>	<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>371.818,09</b>	<b>371.818,09</b>	<b>0,00</b>
	<b>CRÉDITOS A LONGO PRAZO</b>		<b>28.832,37</b>	<b>-28.832,37</b>
	<b>EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS</b>		<b>28.832,37</b>	<b>-28.832,37</b>
	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO		342.985,72	-342.985,72
1.2.1.001	DIVERSOS	371.818,09		371.818,09
<b>1.2.2</b>	<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>14.427,65</b>	<b>14.427,65</b>	<b>0,00</b>
	<b>PARTICIPAÇÕES PERMANENTES</b>		<b>14.427,65</b>	<b>-14.427,65</b>
	<b>PARTICIPAÇÕES AVALIADAS PELO MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL</b>		<b>14.427,65</b>	<b>-14.427,65</b>
1.2.2.001	DIVERSOS	14.427,65		14.427,65
<b>1.2.3</b>	<b>IMOBILIZADO</b>	<b>398.136,80</b>	<b>398.136,80</b>	<b>0,00</b>
1.2.3.001	BENS MOVEIS	586.421,76	586.421,76	0,00
1.2.3.002	DEPRECIACÃO	-188.284,96	-188.284,96	0,00
1.2.3.003	BENS IMOVEIS	0,00		0,00
	<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>13.618.863,65</b>	<b>13.618.863,77</b>	<b>-0,12</b>
<b>2</b>	<b>PASSIVO</b>	<b>13.618.863,65</b>	<b>13.618.863,77</b>	<b>-0,12</b>
<b>2.1</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>9.219.062,83</b>	<b>9.219.062,83</b>	<b>0,00</b>
<b>2.1.1</b>	<b>PASSIVO A CURTO PRAZO</b>	<b>9.219.062,83</b>	<b>9.219.062,83</b>	<b>0,00</b>
	<b>OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS PREVID E ASSIST A PAGAR A CURTO PRAZO</b>		<b>8.668,01</b>	<b>-8.668,01</b>
	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		8.668,01	-8.668,01
	FORNECEDORES E CONSTA A PAGAR A CURTO PRAZO		3.310.211,73	-3.310.211,73
2.1.1.001	FORNECEDORES DIVERSOS	3.310.211,73		3.310.211,73
2.1.1.002	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	29.307,08		29.307,08
2.1.1.003	OBRIGAÇÕES SOCIAIS	1.835.361,60		1.835.361,60
2.1.1.004	OBRIGAÇÕES FISCAIS	762.861,59	1.178.948,30	-416.086,71
2.1.1.005	CREDORES DIVERSOS	952.052,88		952.052,88
	EMPRÉSTIMO E FINANCIAMENTO A CURTO PRAZO	0,00	2.329.267,95	-2.329.267,95
	ADIANTAMENTO DE CLIENTES E DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		2.391.966,84	-2.391.966,84
<b>2.2</b>	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>13.471.164,39</b>	<b>13.471.164,39</b>	<b>0,00</b>
<b>2.2.1</b>	<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>13.471.164,39</b>	<b>13.471.164,39</b>	<b>0,00</b>
2.2.1.001	DIVERSOS	13.471.164,39		13.471.164,39
	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS PREVID E ASSIST A PAGAR A LONGO PRAZO		1.388.690,36	-1.388.690,36
	PESSOAL A PAGAR		1.232.027,40	-1.232.027,40
	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		156.662,96	-156.662,96
	EMPRÉSTIMO E FINANCIAMENTO A LONGO PRAZO		8.012.824,14	-8.012.824,14
	OBRIGAÇÕES FISCAIS LONGO PRAZO		4.069.649,89	-4.069.649,89
<b>2.3</b>	<b>PATRIMONIO LIQUIDO</b>	<b>-9.071.363,57</b>	<b>-9.071.363,55</b>	<b>-0,02</b>
2.3.1	<b>CAPITAL SOCIAL</b>	<b>174.999,99</b>	<b>174.999,99</b>	<b>0,00</b>
2.3.1.001	<b>CAPITAL SUBSCRITO</b>	<b>174.999,99</b>	<b>174.999,99</b>	<b>0,00</b>
2.3.2	<b>RESERVAS</b>	<b>37.489,01</b>	<b>37.489,01</b>	<b>0,00</b>
2.3.2.001	<b>RESERVAS DE CAPITAL</b>	<b>37.489,01</b>	<b>37.489,01</b>	<b>0,00</b>
2.3.3	<b>RESULTADOS</b>	<b>-9.283.852,57</b>	<b>-9.283.852,57</b>	<b>-0,02</b>
2.3.3.001	<b>RESULTADOS ACUMULADOS</b>	<b>-9.283.852,57</b>	<b>-9.283.852,55</b>	<b>-0,02</b>
	RESULTADO DO EXERCÍCIO		7.971.800,18	-7.971.800,18
	RESULTADO DO EXERCÍCIOS ANTERIORES		-11.728.290,99	11.728.290,99
	AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		-5.527.361,74	5.527.361,74
	<b>TOTAL DO PASSIVO + PL</b>	<b>13.618.863,65</b>	<b>13.618.863,67</b>	<b>-0,02</b>
	<b>DIFERENÇA ENTRE ATIVO E PASSIVO</b>	<b>0,00</b>	<b>-0,10</b>	<b>0,10</b>

A Composição das contas do Passivo Circulante de 2022 (documento emitido em 17/05/2023) e (documento emitido em 19/02/2024), aponta uma divergência de R\$ 2.329.267,95, marcado em amarelo acima.

As demonstrações da companhia devem seguir a legislação societária (Lei 6.404/76) e não a Lei da contabilidade pública (Lei 4.320/64).

## **8. OBRIGAÇÕES DO SETOR DE RECURSOS HUMANOS**

### **A) PCMSO - PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL**

O PCMSO não foi apresentado.

O PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional) monitora por anamnese e exames laboratoriais a saúde dos trabalhadores. Tem por objetivo identificar precocemente qualquer desvio que possa comprometer a saúde dos trabalhadores.

Recomendamos a elaboração do PCMSO, por ser obrigatório.

### **B) LTCAT – LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DE TRABALHO**

O Laudo Técnico das Condições Ambientais de trabalho não foi apresentado.

O LTCAT é um Laudo, elaborado com o intuito de se documentar os agentes nocivos existentes no ambiente de trabalho e concluir se estes podem gerar insalubridade para os trabalhadores eventualmente expostos. Somente será renovado caso sejam introduzidas modificações no ambiente de trabalho. O parágrafo 3º do Art. 58 d Lei 8213/91 com o texto dado pela Lei 9528/97 diz que:

*"A empresa que não mantiver laudo técnico atualizado com referência aos agentes nocivos existentes no ambiente de trabalho de seus trabalhadores ou que emitir documento de comprovação de efetiva exposição em desacordo com o respectivo laudo, estará sujeito à penalidade prevista no Art. 133 desta Lei, que foi republicada na MP 1596-14 de 10.11.97 e convertida na Lei 9528 de 10.12.97."*

Este documento deve estar disponível no instituto para análise dos Auditores Fiscais da Previdência Social, Médicos e Peritos do INSS, devendo ser realizadas as alterações necessárias no mesmo, sempre que as condições de nocividade se alterarem, guardando-se as descrições anteriormente existentes no referido Laudo, juntamente com as novas alterações introduzidas, datando-se adequadamente os documentos, quando tais modificações ocorrerem.

O LTCAT tem validade indefinida, atemporal, ficando atualizado permanentemente, enquanto o "layout" da entidade não sofrer alterações. A Lei 3807/60 introduziu o benefício denominado aposentadoria especial na legislação previdenciária que exigia a apresentação de Laudo Técnico somente para o agente ruído, não mencionando esta exigência para os demais agentes Nocivos.

A Constituição Federal de 1988, com o novo ordenamento jurídico do país sancionou a concessão de aposentadorias no regime geral de Previdência Social, que passou a ter critério único, com exceção das aposentadorias especiais. A Lei 9032 - somente em 28.04.95 o Art. 57 desta Lei veio regulamentar o parágrafo 1º do Art. 201 da CF, exigindo na forma da lei que tais condições prejudicassem a saúde ou a integridade física.

MP 1532 – Em 11.10.96 a Lei 8213/91 teve alterações de seu texto com a edição da MP 1523 de 11.10.96, que originou a Lei 9528 de 10.12.97 que passou a exigir laudo técnico para todos os agentes nocivos.

A Lei 9732 de 11.12.98, parágrafo 1º do Artigo 58 ficou com a redação: A Comprovação da efetiva exposição do segurado aos agentes nocivos será feita mediante formulário, na forma estabelecida pelo INSS, emitido pela empresa ou seu preposto, com base em laudo técnico de condições ambientais do trabalho expedido por médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho.

Recomendamos que a administração mande elaborar o LTCAT, por ser obrigatório.

### **C) AET – ANÁLISE ERGONÔMICA DO TRABALHO**

A Análise Ergonômica do Trabalho (AET) não foi apresentada.

O aspecto Legal da Portaria nº 3.751 e NR-17 da Portaria Ministerial nº 3.214/78 – ERGONOMIA visa estabelecer parâmetros que permitam a adaptação das condições de trabalho às características psico-fisiológicas dos trabalhadores, de modo a proporcionar um máximo de conforto, segurança e desempenho eficiente.

O objetivo do Laudo é identificar as atuais condições laborais dos trabalhadores no desempenho de suas funções em seus respectivos postos de trabalho a fim de identificar possíveis oportunidades de melhorias, considerando: máquinas, mobiliários, ambiente de trabalho, processo, organização do trabalho, ferramentas, equipamentos, entres outros, tendo assim um diagnóstico ergonômico de suas dependências.

Recomendamos que a administração mande elaborar o AET, por ser obrigatório.

### **D) LTIP – LAUDO TÉCNICO DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE**

A companhia não apresentou o LTIP.

O LTIP - Laudo de Técnico de Insalubridade e Periculosidade é um documento que avalia as condições do ambiente de trabalho a fim de determinar se o mesmo é insalubre ou não, verificando os agentes físicos, químicos e biológicos aos quais os trabalhadores estão expostos. Através da elaboração do LTIP é possível determinar ou não a necessidade de receber o adicional de insalubridade. O documento apresenta também as informações necessárias a NR 15 e NR 16 - Atividades e Operações Perigosas, determinando se os trabalhadores estão expostos a atividades perigosas. Através do Laudo de Insalubridade é possível identificar a porcentagem do adicional de insalubridade que deverá ser pago aos colaboradores que estão expostos a ambientes, atividades ou agentes insalubres. Após a elaboração do Laudo a empresa recebe a informação do grau de insalubridade, sendo que a percepção do adicional deve seguir, 40% (quarenta por cento), para insalubridade de grau máximo; 20% (vinte por cento), para insalubridade de grau médio e 10% (dez por cento), para insalubridade de grau mínimo.

O LTIP tem validade indefinida, atemporal, ficando atualizado permanentemente, enquanto se mantiverem inalteradas as condições ambientais periciadas.

Recomendamos que a companhia elabore o Laudo Técnico de Insalubridade e Periculosidade, por ser obrigatório.

## **E) PGR – PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS**

O PGR não foi apresentado.

O Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), da Norma Regulamentadora nº 1, é um documento que consolida todos os riscos ocupacionais a que o trabalhador está exposto: agentes físicos, químicos, biológicos, fatores ergonômicos e de acidentes.

Recomendamos que a administração mande elaborar o PGR, por ser obrigatório.

## **F) PORTADORES DE DEFICIÊNCIAS**

A companhia possui em dezembro de 2023, 391 colaboradores. Não foi informado a quantidade de deficientes e ou reabilitados pelo INSS que constam da sua folha.

A Lei 8.213/1991 determina o seguinte preenchimento obrigatório:

As empresas com 100 (cem) ou mais colaboradores está obrigada a preencher de 2% a 5% dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitada na seguinte proporção:

De 100 a 200 colaboradores ..... 2%  
De 201 a 500 colaboradores ..... 3%  
De 501 a 1.000 colaboradores ... 4%  
De 1001 em diante ..... 5%

A companhia em 31/12/2023, deveria possuir no mínimo 12 (doze) empregados reabilitados e ou portadores de deficiência.

Recomendamos que a companhia observe a legislação, ou seja, possuir em seus quadros, pelo menos, 12 (doze) trabalhadores deficientes e ou reabilitados pelo INSS.

### **G) MENORES APRENDIZES**

A entidade possui 391 (trezentos e noventa e um) colaboradores em sua folha de pagamento em 31/12/2022.

Os menores aprendizes nesta data não foram informados.

O art. 429 da CLT determina que os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular aprendizes nos Serviços Nacionais de Aprendizagem. A previsão é repetida pelo art. 51º do Decreto nº 9.579/2018 e no art. 2º da Instrução Normativa 146/18.

A Instrução Normativa dispõe no § 1º, do art. 2º que:

"na formação numérica de aplicação do percentual, ficam obrigados a contratar aprendizes os estabelecimentos que tenham pelo menos sete empregados contratados nas funções que demandam formação profissional, nos termos do art. 51 do Decreto 9.579/18, até o limite máximo de quinze por cento, previsto no art. 429 da CLT".

Mediante a legislação citada acima, a entidade em 31/12/2022, teria que possuir entre:

- 20 (vinte) (5%) no mínimo; e
- 60 (sessenta) (15%) no máximo.

em seu quadro funcional, o número de menores aprendizes.

A companhia não informou a quantidade em 31/12/2022 de menores aprendizes. O cálculo do número de menores aprendizes deve levar em conta as especificidades da legislação.

Caso a companhia esteja com um número inferior ao que pede a legislação, pode estar exposta à fiscalização da DRT e multa.

A multa por infração ao artigo 429 da CLT prescrita no artigo 434 da mesma CLT que estabelece multa no valor de um (1) salário mínimo multiplicado pelo número de não admitidos ou admitidos com irregularidade, sendo esta multa limitada a cinco salários mínimos salvo em reincidência que será dobrado.

Recomendamos que a companhia apresente a planilha de constituição de menores aprendizes na forma da legislação.

## **7. LIVROS OBRIGATÓRIOS DA COMPANHIA**

A Lei das Sociedades Anônimas (Lei 6.404/76) determina a obrigatoriedade dos seguintes livros, em seu art. 100, conforme abaixo:

### “CAPÍTULO IX

#### Livros Sociais

Art. 100. A companhia deve ter, além dos livros obrigatórios para qualquer comerciante, os seguintes, revestidos das mesmas formalidades legais:

I - o livro de Registro de Ações Nominativas, para inscrição, anotação ou averbação: [\(Redação dada pela Lei nº 9.457, de 1997\)](#)

a) do nome do acionista e do número das suas ações;

b) das entradas ou prestações de capital realizado;

c) das conversões de ações, de uma em outra espécie ou classe; [\(Redação dada pela Lei nº 9.457, de 1997\)](#)

d) do resgate, reembolso e amortização das ações, ou de sua aquisição pela companhia;

e) das mutações operadas pela alienação ou transferência de ações;

f) do penhor, usufruto, fideicomisso, da alienação fiduciária em garantia ou de qualquer ônus que grave as ações ou obste sua negociação.

II - o livro de "Transferência de Ações Nominativas", para lançamento dos termos de transferência, que deverão ser assinados pelo cedente e pelo cessionário ou seus legítimos representantes;

.....”

Solicitamos os referidos livros e temos a comentar o seguinte:

## **7.1 LIVRO REGISTRO DE ACIONISTAS**

Foi informado que a companhia não possui o referido livro, e portanto, não foi possível apurarmos quem são os acionistas da companhia, pela falta do livro obrigatório, por lei.

Recomendamos a constituição do livro obrigatório de acionistas.

## **7.2 LIVRO DE TRANSFERÊNCIA DE AÇÕES**

Foi informado que a companhia não possui o referido livro, e portanto, não foi possível apurarmos as movimentações de acionistas ao longo da existência da companhia, pela falta do livro obrigatório, por lei.

Recomendamos a constituição do livro obrigatório de transferência de ações.

## **8. SEGUROS**

A companhia deve informar se e quais os ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes, especificados por modalidade.

A companhia não forneceu as apólices vigentes em 31/12/2023, e também não informou a existência de contratação de seguros.

## **9. LEI 13.303**

### **9.1 Aplicação da Lei 13.303**

Na data de 30/06/2016 foi publicada a Lei 13.303 que vem disciplinar os procedimentos sobre empresas públicas e sociedades de economia mista, e a administração da companhia deve providenciar as devidas implantações obrigatórias desta Lei.

A seguir destacamos alguns trechos da Lei, mas a leitura completa deve ser objeto da administração da companhia.

#### **“LEI Nº 13.303, DE 30 DE JUNHO DE 2016.**

Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

**O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

## **TÍTULO I**

### **DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS ÀS EMPRESAS PÚBLICAS E ÀS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA**

#### **CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES]**

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, **abrangendo toda e qualquer empresa pública e sociedade de economia mista da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que explore atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, ainda que a atividade econômica esteja sujeita ao regime de monopólio da União ou seja de prestação de serviços públicos.**

**§ 1º O Título I desta Lei, exceto o disposto nos arts. 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 11, 12 e 27, não se aplica à empresa pública e à sociedade de economia mista que tiver, em conjunto com suas respectivas subsidiárias, no exercício social anterior, receita operacional bruta inferior a R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais).**

**§ 3º Os Poderes Executivos poderão editar atos que estabeleçam regras de governança destinadas às suas respectivas empresas públicas e sociedades de economia mista que se enquadrem na hipótese do § 1º, observadas as diretrizes gerais desta Lei.**

**§ 4º A não edição dos atos de que trata o § 3º no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a partir da publicação desta Lei submete as respectivas empresas públicas e sociedades de economia mista às regras de governança previstas no Título I desta Lei.**

**Art. 6º O estatuto da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias deverá observar regras de governança corporativa, de transparência e de estruturas, práticas de gestão de riscos e de controle interno, composição da administração e, havendo acionistas, mecanismos para sua proteção, todos constantes desta Lei.**

**Art. 7º Aplicam-se a todas as empresas públicas, as sociedades de economia mista de capital fechado e as suas subsidiárias as disposições da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e as normas da Comissão de Valores Mobiliários sobre escrituração e elaboração de demonstrações financeiras, inclusive a obrigatoriedade de auditoria independente por auditor registrado nesse órgão.**

Art. 12. A empresa pública e a sociedade de economia mista deverão:

I - divulgar toda e qualquer forma de remuneração dos administradores;

**II - adequar constantemente suas práticas ao Código de Conduta e Integridade e a outras regras de boa prática de governança corporativa, na forma estabelecida na regulamentação desta Lei.**

#### **Seção IV**

##### **Do Conselho de Administração**

Art. 18. Sem prejuízo das competências previstas no art. 142 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e das demais atribuições previstas nesta Lei, compete ao Conselho de Administração:

I - discutir, aprovar e monitorar decisões envolvendo práticas de governança corporativa, relacionamento com partes interessadas, política de gestão de pessoas e código de conduta dos agentes;

II - implementar e supervisionar os sistemas de gestão de riscos e de controle interno estabelecidos para a prevenção e mitigação dos principais riscos a que está exposta a empresa pública ou a sociedade de economia mista, inclusive os riscos

relacionados à integridade das informações contábeis e financeiras e os relacionados à ocorrência de corrupção e fraude;

III - estabelecer política de porta-vozes visando a eliminar risco de contradição entre informações de diversas áreas e as dos executivos da empresa pública ou da sociedade de economia mista;

IV - avaliar os diretores da empresa pública ou da sociedade de economia mista, nos termos do inciso III do art. 13, podendo contar com apoio metodológico e procedimental do comitê estatutário referido no art. 10.

Art. 19. É garantida a participação, no Conselho de Administração, de representante dos empregados e dos acionistas minoritários.

§ 1º As normas previstas na Lei nº 12.353, de 28 de dezembro de 2010, aplicam-se à participação de empregados no Conselho de Administração da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias e controladas e das demais empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

§ 2º É assegurado aos acionistas minoritários o direito de eleger 1 (um) conselheiro, se maior número não lhes couber pelo processo de voto múltiplo previsto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Art. 20. É vedada a participação remunerada de membros da administração pública, direta ou indireta, em mais de 2 (dois) conselhos, de administração ou fiscal, de empresa pública, de sociedade de economia mista ou de suas subsidiárias.

**Art. 40. As empresas públicas e as sociedades de economia mista deverão publicar e manter atualizado regulamento interno de licitações e contratos, compatível com o disposto nesta Lei, especialmente quanto a:**

**I - glossário de expressões técnicas;**

**II - cadastro de fornecedores;**

**III - minutas-padrão de editais e contratos;**

**IV - procedimentos de licitação e contratação direta;**

**V - tramitação de recursos;**

**VI - formalização de contratos;**

**VII - gestão e fiscalização de contratos;**

**VIII - aplicação de penalidades;**

**IX - recebimento do objeto do contrato.**

### TÍTULO III DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 91. A empresa pública e a sociedade de economia mista constituídas anteriormente à vigência desta Lei deverão, no prazo de 24 (vinte e quatro) meses, promover as adaptações necessárias à adequação ao disposto nesta Lei.

§ 1º A sociedade de economia mista que tiver capital fechado na data de entrada em vigor desta Lei poderá, observado o prazo estabelecido no caput, ser transformada em empresa pública, mediante resgate, pela empresa, da totalidade das ações de titularidade de acionistas privados, com base no valor de patrimônio líquido constante do último balanço aprovado pela assembleia-geral.

§ 3º Permanecem regidos pela legislação anterior procedimentos licitatórios e contratos iniciados ou celebrados até o final do prazo previsto no caput.

Art. 92. O Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins manterá banco de dados público e gratuito, disponível na internet, contendo a relação de todas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

Parágrafo único. É a União proibida de realizar transferência voluntária de recursos a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios que não fornecerem ao Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins as informações relativas às empresas públicas e às sociedades de economia mista a eles vinculadas.

Art. 93. As despesas com publicidade e patrocínio da empresa pública e da sociedade de economia mista não ultrapassarão, em cada exercício, o limite de 0,5% (cinco décimos por cento) da receita operacional bruta do exercício anterior.

§ 1º O limite disposto no caput poderá ser ampliado, até o limite de 2% (dois por cento) da receita bruta do exercício anterior, por proposta da diretoria da empresa pública ou da sociedade de economia mista justificada com base em parâmetros de

mercado do setor específico de atuação da empresa ou da sociedade e aprovada pelo respectivo Conselho de Administração.

§ 2º É vedado à empresa pública e à sociedade de economia mista realizar, em ano de eleição para cargos do ente federativo a que sejam vinculadas, despesas com publicidade e patrocínio que excedam a média dos gastos nos 3 (três) últimos anos que antecedem o pleito ou no último ano imediatamente anterior à eleição.

Art. 94. Aplicam-se à empresa pública, à sociedade de economia mista e às suas subsidiárias as sanções previstas na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, salvo as previstas nos incisos II, III e IV do caput do art. 19 da referida Lei.

Art. 95. A estratégia de longo prazo prevista no art. 23 deverá ser aprovada em até 180 (cento e oitenta) dias da data de publicação da presente Lei.

## **9.2 TRANSPARÊNCIA OBRIGATÓRIA**

A administração da empresa deverá providenciar os seguintes documentos, subscrita pelos membros do Conselho de Administração e ou Diretoria e que consiste em:

“Lei 13.303/2016

Art. 8º As empresas públicas e as sociedades de economia mista deverão observar, no mínimo, os seguintes requisitos de transparência:

I - elaboração de carta anual, subscrita pelos membros do Conselho de Administração, com a explicitação dos compromissos de consecução de objetivos de políticas públicas pela empresa pública, pela sociedade de economia mista e por suas subsidiárias, em atendimento ao interesse coletivo ou ao imperativo de segurança nacional que justificou a autorização para suas respectivas criações, com definição clara dos recursos a serem empregados para esse fim, bem como dos impactos econômico-financeiros da consecução desses objetivos, mensuráveis por meio de indicadores objetivos;

II - adequação de seu estatuto social à autorização legislativa de sua criação;

III - divulgação tempestiva e atualizada de informações relevantes, em especial as relativas a atividades desenvolvidas, estrutura de controle, fatores de risco, dados econômico-financeiros, comentários dos administradores sobre o desempenho, políticas e práticas de governança corporativa e descrição da composição e da remuneração da administração;

IV - elaboração e divulgação de política de divulgação de informações, em conformidade com a legislação em vigor e com as melhores práticas;

V - elaboração de política de distribuição de dividendos, à luz do interesse público que justificou a criação da empresa pública ou da sociedade de economia mista;

VI - divulgação, em nota explicativa às demonstrações financeiras, dos dados operacionais e financeiros das atividades relacionadas à consecução dos fins de interesse coletivo ou de segurança nacional;

VII - elaboração e divulgação da política de transações com partes relacionadas, em conformidade com os requisitos de competitividade, conformidade, transparência, equidade e comutatividade, que deverá ser revista, no mínimo, anualmente e aprovada pelo Conselho de Administração;

VIII - ampla divulgação, ao público em geral, de carta anual de governança corporativa, que consolide em um único documento escrito, em linguagem clara e direta, as informações de que trata o inciso III;

IX - divulgação anual de relatório integrado ou de sustentabilidade.

§ 1º O interesse público da empresa pública e da sociedade de economia mista, respeitadas as razões que motivaram a autorização legislativa, manifesta-se por meio do alinhamento entre seus objetivos e aqueles de políticas públicas, na forma explicitada na carta anual a que se refere o inciso I do caput.

§ 2º Quaisquer obrigações e responsabilidades que a empresa pública e a sociedade de economia mista que explorem atividade econômica assumam em condições distintas às de qualquer outra empresa do setor privado em que atuam deverão:

I - estar claramente definidas em lei ou regulamento, bem como previstas em contrato, convênio ou ajuste celebrado com o ente público competente para estabelecê-las, observada a ampla publicidade desses instrumentos;

II - ter seu custo e suas receitas discriminados e divulgados de forma transparente, inclusive no plano contábil.

§ 3º Além das obrigações contidas neste artigo, as sociedades de economia mista com registro na Comissão de Valores Mobiliários sujeitam-se ao regime informacional estabelecido por essa autarquia e devem divulgar as informações previstas neste artigo na forma fixada em suas normas.

§ 4º Os documentos resultantes do cumprimento dos requisitos de transparência constantes dos incisos I a IX do caput deverão ser publicamente divulgados na internet de forma permanente e cumulativa.”

Até o encerramento de nossas análises, nenhum documento descrito acima foi entregue a esta auditoria.

### **9.3 AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, CONFORME A LEI 13.303/16**

A lei 13.303/16 diz o seguinte em seu art. 7º:

“Art. 7º Aplicam-se a todas as empresas públicas, as sociedades de economia mista de capital fechado e as suas subsidiárias as disposições da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e as normas da Comissão de Valores Mobiliários sobre escrituração e elaboração de demonstrações financeiras, inclusive a obrigatoriedade de auditoria independente por auditor registrado nesse órgão.”

Como a Lei concedia prazo de 24 meses para a adaptação à nova Lei, a companhia deveria ter auditado suas demonstrações contábeis a partir do exercício de 2018, o que não ocorreu, pois a primeira auditoria realizada foi a do ano de 2022.

Recomendamos a realização de auditoria independente dos anos de 2018 a 2021.

O não cumprimento da Lei 13.303/16 prevê em seu art. 94, o seguinte:

“Art. 94. Aplicam-se à empresa pública, à sociedade de economia mista e às suas subsidiárias as sanções previstas na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), salvo as previstas nos [incisos II, III e IV do caput do art. 19 da referida Lei](#).”

#### **9.4 TRIBUTOS FEDERAIS - Empresa Pública X Economia Mista**

Não foram fornecidas as planilhas de apuração de PIS/COFINS, CSLL e IRPJ das operações (receitas) e resultados da companhia.

Recebemos a informação que o CNAE (código nacional de atividades econômicas) da companhia seria de: SERVIÇOS PÚBLICOS. E que isso traria Imunidade às receitas.

É nosso entendimento que a Tributação ou Não das operações de uma companhia não são definidas pela classificação de seu CNAE, mas sim pelo tipo de sociedade. A CODEG é uma sociedade de economia mista. Se fosse uma AUTARQUIA, não seria tributada. Se fosse uma empresa pública (100% de capital público), e dependendo do tipo de serviço prestado (serviços públicos), talvez tais serviços não seriam tributados, por conta de dispositivo constitucional, abaixo contextualizado:

Dentre as regras da Contribuição Federal, sabemos que ela concede aos entes federativos a competência de instituir tributos. Mas ao analisar a constituição, percebe-se também que ela delimita algumas regras referentes a tributação.

A imunidade tributária é uma limitação, onde fica impedida a instituição de impostos a determinados contribuinte e bens.

A imunidade pode ser recíproca, de templos de qualquer culto, partidos políticos, entidades sindicais, instituições de educação, entidades de assistência social, livros, jornais e periódicos, fonogramas e videogramas musicais.

Nesse sentido, como a Constituição Federal é a Lei Maior, ao determinar os casos em que os entes não poderão tributar, isso deverá ser respeitado à risca.

Seja qual for a imunidade, ela faz com que os contribuintes e bens por ela alcançados não sejam tributados, entretanto, apenas quanto a obrigação principal.

É preciso entender que as demais obrigações acessórias ainda devem ser cumpridas, uma vez que a imunidade não dispensa a parte acessória.

A imunidade está no art. 150 da Constituição Federal, cuja redação é a seguinte:

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I – exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;

II – instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

III – cobrar tributos:

- a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;
- b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;
- c) antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, observado o disposto na alínea b;

IV – utilizar tributo com efeito de confisco;

V – estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público;

VI – instituir impostos sobre:

- a) patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros;
- b) templos de qualquer culto;
- c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;
- d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.
- e) fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham, salvo na etapa de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser.

Acreditamos que um primeiro passo para a companhia, em busca da imunidade, seja sua transformação em empresa pública, conforme permite a Lei 13.303/16 em seu art. 91, parágrafo primeiro, descrito abaixo:

### “TÍTULO III DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 91. A empresa pública e a sociedade de economia mista constituídas anteriormente à vigência desta Lei deverão, no prazo de 24 (vinte e quatro) meses, promover as adaptações necessárias à adequação ao disposto nesta Lei.

§ 1º A sociedade de economia mista que tiver capital fechado na data de entrada em vigor desta Lei poderá, observado o prazo estabelecido no caput, ser transformada em empresa pública, mediante resgate, pela empresa, da totalidade das ações de titularidade de acionistas privados, com base no valor de patrimônio líquido constante do último balanço aprovado pela assembleia-geral.”

Posteriormente, dependendo do tipo de serviço prestado (serviço público), a imunidade seja reconhecida.

## **10. IMOBILIZADO**

### **10.1 DEEMED COST**

Apuramos que a companhia não realizou o Deemed Cost (avaliação do ativo pelo valor justo), conforme era permitido pelas novas normas contábeis em 2010.

O custo atribuído somente pode ser utilizado na adoção inicial das normas convergidas (IFRSs ou IFRS for SMEs do IASB), de acordo com o ICPC 10 e NBC TG 37, itens 30, D5 e D7, aprovada pela Resolução CFC nº 1.306/10, com a NBC TG 1000, item 35.10, aprovada pela Resolução CFC nº 1.255/09, e com a ITG 10, aprovada pela Resolução CFC nº 1.263/09.

O “deemed cost”, ou custo atribuído dos ativos imobilizados, trata-se de identificar um ativo ou um conjunto de ativos operacionais, que ainda sejam relevantes para a empresa em termos de geração futura de caixa, mas que apresentam valor contábil significativamente inferior ao valor justo.

O princípio do “deemed cost” se baseia no mesmo princípio da avaliação patrimonial, em que é possível aumentar o valor dos bens desde que o ajuste não ultrapasse o valor justo daquele ativo.

A companhia, ao contratar o custo atribuído, deverá se assegurar que o avaliador indique a vida útil remanescente dos ativos e o valor residual previsto por meio de um laudo técnico fundamentado, elaborado por profissional habilitado e qualificado. Dessa forma é possível estabelecer o valor depreciável e as novas taxas de depreciação na data da avaliação.

Recomendamos que a companhia contrate serviços de avaliação de ativo, com finalidade de “Deemed Cost”, para o exercício de 2019.

### **10.2 ESTUDOS PARA A REVISÃO ANUAL SOBRE O ATIVO**

A Administração da companhia não contratou estudos, que devem ser anuais, sobre os ativos para a revisão das taxas de depreciação, do valor residual e do tempo de vida útil remanescente descrito no CPC 27.

Recomendamos que os estudos sejam realizados para o exercício de 2023.

O cálculo da depreciação, com base no estudo a ser realizado, deverá ser aplicado ao exercício de 2023. O mais importante é que todos os anos ela seja realizada sempre na mesma data. Assim, as mudanças das taxas, se aplicável, devem ser prospectivas, sem retroagir ao início do exercício.

### **10.3 TESTE DE IMPAIRMENT**

A Administração da companhia não efetuou o teste de recuperação dos valores registrados no ativo (recebíveis, imobilizado, intangível) (teste de impairment), bem como a determinação das novas taxas de depreciação, do valor residual e do tempo de vida útil remanescente descrito no CPC 27, com o objetivo de assegurar que os citados ativos não estejam registrados por valores superiores àqueles passíveis de serem recuperados no tempo pelo uso nas operações da entidade ou pela sua venda. O cálculo da depreciação não foi efetuado conforme as normas contábeis vigentes. Consequentemente não foi possível mensurar os efeitos da não adoção do CPC 27 e ICPC 10 no resultado do exercício e no patrimônio líquido (passivo a descoberto).

O Teste de Impairment deve ser efetuado no exercício seguinte à realização do Deemed Cost.

## **12. ASSESSORES JURÍDICOS**

O auditor deve aplicar as normas de auditoria, para identificar passivos não registrados e contingências ativas ou passivas relacionados a litígios, pedidos de indenização ou questões tributárias, e assegurar-se de sua adequada contabilização e/ou divulgação nas Demonstrações Contábeis examinadas.

A administração da companhia é a responsável pela adoção de políticas e procedimentos para identificar, avaliar, contabilizar e/ou divulgar, adequadamente, os passivos não-registrados e as contingências.

Quando da execução de procedimentos de auditoria para a identificação de passivos não-registrados e contingências, o Auditor Independente deve obter evidências para os seguintes assuntos, desde que relevantes:

- a)** a existência de uma condição ou uma situação circunstancial ocorrida, indicando uma incerteza com possibilidade de perdas ou ganhos para a entidade;
- b)** o período em que foram gerados;
- c)** o grau de probabilidade de um resultado favorável ou desfavorável; e

**d)** o valor ou a extensão de perda ou ganho potencial.

A circularização dos consultores jurídicos é uma forma de o auditor obter confirmação independente das informações fornecidas pela administração referentes a situações relacionadas a litígios, pedidos de indenização ou questões tributárias.

A contabilidade, em 31/12/2022, tinha contabilizado, conforme conta contábil 2.2.1.001.000006 – Processo Judicial, o valor de R\$ 1.232.027,40. Já para o ano de 2023, não encontramos nenhum valor contabilizado em processos judiciais.

A posição dos assessores jurídicos em 31/12/2022, sobre o contencioso jurídico (ações judiciais contra ou a favor da companhia) foi fornecida e apontava o seguinte valor para perdas prováveis: R\$ 4.366.175,22, ocasionando uma insuficiência não contabilizada de R\$ 2.954.147,82. Já para o ano de 2023 não foram fornecidas informações dos assessores jurídicos para nossa auditoria.

As informações de 2022 foram prestadas por **Artur Abade de Araújo** – Advogado da CODEG. Não foi fornecido o registro da OAB. Uma análise periódica sobre o contencioso jurídico deve ser elaborada para a devida contabilização.

As normas contábeis determinam o seguinte:

As informações classificadas como de perda provável devem ser contabilizadas.

As informações classificadas como de perda possível devem ser incluídas nas notas explicativas.

As informações classificadas como de perda remota não devem ser informadas.

Recomendamos que o valor das contingências judiciais sejam requeridas à assessoria jurídica, para a devida contabilização.

### **13. CONDIÇÕES DESTE RELATÓRIO**

As recomendações deste relatório destinam-se exclusivamente à informação e ao uso da Administração e dos responsáveis pela governança da entidade, e não foram preparadas para serem utilizadas por qualquer outra pessoa que não essas partes especificadas, o que desautoriza e torna ilegal, nos termos do art. 410 do Novo Código de Processo Civil (NCPC), seu uso para qualquer outro fim. Sua divulgação externa pode suscitar dúvidas e originar interpretações indevidas por pessoas que desconhecem os

objetivos e as limitações de uma auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.



**ROBERTO ARAÚJO DE SOUZA**  
CTCRC1SP242826/O-3 "S" ES  
Sócio